



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

Nº 2123

PROCESSO

Nº 13.717/2005

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença Ambiental Prévia, com base no Parecer Técnico CETESB nº 131/12/IE para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: MINERAÇÃO JUNDU LTDA.

CNPJ: 60.628.468.0001-57

LOGRADOURO: RODOVIA SP 215, Km 116

CEP: 13.690-000

MUNICÍPIO: DESCALVADO - SP

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: MINERAÇÃO DE AREIA QUARTZOSA NAS "ÁREAS IPT"

MUNICÍPIO: ANALÂNDIA E CÔRUMBATAI

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Extração de areia quartzosa para uso industrial, totalizando área aproximada de 90 ha, inserida nas poligonais do DNPM 821.612/00, 821.613/00, 821.614/00, 821.615/00, 821.616/00 e 820.232/86. Será empregado o método de lavra por escavação a céu aberto em 16 painéis. Será utilizado o beneficiamento e demais infraestruturas de apoio localizadas na Unidade de Analândia, em operação. Está prevista a produção mensal de 100.000 t/mês, resultando uma vida útil de 9 anos ao empreendimento.

OBSERVAÇÕES

- A presente Licença Ambiental Prévia aprova a localização e concepção do empreendimento, atestando a sua viabilidade ambiental, mas não autoriza a sua implantação.
- Previamente à implantação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Instalação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Instalação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental Prévia não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra(m) a presente Licença 1 (UM) anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental Prévia é de 5 (CINCO) ano(s), a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 06/06/12

ANA CRISTINA PASINI DA COSTA - Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental

SELO
DE
AUTENTICIDADE
CETESB COMPANHIA
DE TECNOLOGIA
DE SANEAMENTO
AMBIENTAL
128496



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 01/06

PROCESSO SMA
Nº 13.717/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2123

Para a continuidade do licenciamento ambiental, o empreendedor deverá solicitar junto à Agência Ambiental de Pirassununga a Licença de Instalação – LI e atender às exigências que venham ser formuladas pela mesma, além de demonstrar o cumprimento das seguintes exigências:

Antes da solicitação da Licença Ambiental de Instalação

1. Apresentar o comprovante do depósito bancário em Caderneta de Poupança de sua titularidade, específica e vinculada ao presente licenciamento, a ser aberta junto ao Banco do Brasil, no valor referente à compensação ambiental definida na Memória de Cálculo, elaborada pela CETESB e aprovada pelo empreendedor, para atendimento à Lei Federal nº. 9.985/2000 regulamentada pelo Decreto Federal nº. 4.340/2002, e alterada pelo Decreto Federal 6.848/2009, cujos rendimentos financeiros constituirão mera manutenção do valor da moeda e, também, serão destinados à referida compensação ambiental.

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Instalação - LI

2. Demonstrar o atendimento ao solicitado na Certidão nº048/2011, de 15/03/11, da Prefeitura Municipal da Estância Climática de Analândia, ou seja, encaminhamento ao órgão de projeto detalhado e plano de execução da atividade minerária.
3. Apresentar parecer favorável do Conselho Gestor da APA Piracicaba Juqueri-Mirim quanto à execução do empreendimento, especialmente quanto à exploração dos painéis nºs 4 e 9, em atendimento à exigência do Parecer Técnico nº 01/10 desse Conselho e em decorrência de alterações no projeto inicialmente apresentado.
4. Apresentar Programa de Controle de Alteração da Disponibilidade Hídrica Local demonstrando em planta o local de instalação de poços de monitoramento (piezômetros); periodicidade; e técnica de coleta. Deverão ser previstas ações de readequação das atividades de lavra para que seja mantido o pit do piso da lavra, no mínimo 5 m acima do nível piezométrico máximo do lençol freático. Também devem ser previstas medidas compensatórias, caso ocorra diminuição na disponibilidade hídrica nas propriedades vizinhas ao empreendimento.
5. Apresentar, para análise e aprovação, detalhamento do Programa de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água contemplando entre outras, as seguintes ações: Implantação e manutenção de sistemas de drenagem de águas pluviais provisório e definitivo em toda extensão do empreendimento; Projeto de bacia de sedimentação; Decapeamento concomitante às operações de extração, minimizando as áreas de solo exposto; Manutenção periódica do sistema viário, evitando a ocorrência de processos erosivos; Implantação de cortina vegetal no entorno dos painéis antes do início da atividade extrativa; Revegetação das áreas mineradas e áreas de apoio e/ou servidão, concomitante ao encerramento das atividades em cada área. As ações de monitoramento deverão indicar periodicidade, mapeamento dos pontos de ocorrência e medidas corretivas adotadas.
6. Apresentar, para análise e aprovação, um Subprograma de Estabilidade Geotécnica, no âmbito do Programa de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água, a fim de garantir a implantação de taludes com ângulos dentro dos limites de estabilidade, nas áreas de lavra e depósitos de minério; e prever ações de revegetação com espécies nativas não invasoras.
7. Apresentar, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental, para análise e aprovação, Manual de Boas Práticas Ambientais, a ser utilizado no treinamento dos trabalhadores com as orientações gerais das ações ambientalmente adequadas a serem desenvolvidas na atividade.
8. Apresentar, para análise e aprovação, no âmbito do Programa de Controle Ambiental da Atividade, contemplando entre outras, as seguintes ações: Manutenção preventiva, guarda e abastecimento de máquinas, veículos e equipamentos em local impermeabilizado; Manutenção do sistema de separação de óleos e graxas; Implantação de sanitário químico que deverá ter manutenção e destinação dos resíduos de acordo com as normas vigentes e a legislação pertinente. Ainda, no âmbito deste Programa, apresentar um Subprograma de Controle de Emissão de Material Particulado, contemplando ações de redução da emissão de particulados, tais como enlonação das cargas e umectação das vias, e um Subprograma de Controle dos Níveis de Ruído incluindo: manutenção e regulagem periódica dos equipamentos móveis e de extração do minério; localização dos pontos de amostragem com monitoramento na área diretamente afetada pelo empreendimento; avaliação dos níveis amostrados de acordo com as Normas vigentes.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 02/06

PROCESSO SMA
Nº 13.717/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2123

9. Apresentar, para análise e aprovação, detalhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais contemplando: pontos de amostragem, sendo a jusante e a montante dos córregos Taipas e Emboabas, georreferenciados em UTM – SAD 69; parâmetros conforme propostos no EIA em planilhas editáveis; periodicidade e metodologia das coletas; formas de avaliação e registros; e o cronograma de implementação. Caso as amostragens de água superficial apontarem alteração nas taxas dos parâmetros de qualidade da água, deverá ser previsto também o monitoramento da água subterrâneas.
10. Apresentar "Outorga do Tipo - Implantação do Empreendimento", para lançamento de efluente proveniente do sistema de drenagem de águas pluviais em corpo d'água natural ou a "Dispensa de Outorga" fornecida pelo DAEE conforme previsto na Portaria DAEE nº 2292/06.
11. Apresentar, para análise e aprovação, alteração na delimitação do painel nº 10 para evitar a supressão de fragmento de cerrado. A configuração final de lavra, após alterações, deverá compor novo projeto a ser apresentado à Agência Ambiental de Pirassununga e protocolado no DNPM.
12. Requisitar na Agência Ambiental de Pirassununga autorização para supressão de vegetação nativa, com base na caracterização da importância de cada indivíduo/espécie na dinâmica ecológica da área (trampolins ecológicos).
13. Apresentar, para análise e aprovação, um Programa de Supressão de Vegetação que contemple o planejamento da supressão, com informações sobre as atividades previstas. Deve ser realizado, anteriormente ao início da supressão, o isolamento dos fragmentos de cerrado que serão mantidos, a fim de garantir sua integridade. O material orgânico resultante da atividade de supressão não constitui um resíduo, mas sim uma fonte significativa de nutrientes que pode ser utilizada nas áreas de revegetação. Dessa forma, esse material deve ser destinado prioritariamente ao Programa de Revegetação Florestal, podendo ser utilizado conforme as técnicas de nucleação (poleiros secos, por exemplo) ou após compostagem. Apresentar, para análise e aprovação, como parte do Programa de Supressão de Vegetação, o Subprograma de Salvamento de Fauna, prevendo a apresentação georreferenciada dos eventuais pontos de encontro de espécies não detectadas no levantamento.
14. Apresentar, para análise e aprovação, um Programa de Revegetação Florestal previamente aprovado pelo órgão gestor da APA Piracicaba, destinado ao estabelecimento de corredores ecológicos entre fragmentos e à recomposição de APPs que atenda as compensações previstas na Resolução SMA 130/10 e na Resolução SMA 86/09. O programa deverá conter planta(s) georreferenciada(s) com localização das áreas previstas para revegetação ou preservação, indicação da sequência de reconexão (considerando que os corredores de vegetação deverão respeitar as determinações da Resolução CONAMA nº 09/96), ART de profissional habilitado e demais especificidades listadas no Parecer Técnico nº 131/12/IE. Conforme proposto no EIA, a manutenção do plantio será realizada pelo tempo mínimo de três anos.
15. Apresentar, para análise e aprovação, detalhamento do Programa de Monitoramento da Revegetação, incluindo informações acerca da localização dos pontos de amostragem, que deverão ser apresentados em planta, bem como periodicidade dos levantamentos e apresentação de relatório. Apresentar avaliação crítica sobre o andamento do Programa, apresentando relatório fotográfico e demais informações necessárias para comprovação da sua efetividade.
16. Apresentar, para análise e aprovação, no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente, lista de espécies com ocorrência regional para revegetação/enriquecimento da mata ciliar conforme anexo da Resolução SMA nº 08/08, cronograma de atividades, responsável técnico e ART, estipulando para a conclusão dos plantios o prazo máximo de um ano.
17. Detalhar o Subprograma de Incentivo à Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Regularização de Reserva Legal, proposto em Audiência Pública. Um dos produtos esperados é a elaboração de um manual de orientação e apoio aos proprietários da região em que conste, inclusive, a determinação do Art. 2º, §2º da Resolução SMA 39/10.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fis. 03/06

PROCESSO SMA
Nº 13.717/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA Nº 2123

18. Apresentar, para análise e aprovação, detalhamento do Programa de Monitoramento da Fauna, indicando a localização dos pontos amostrais em planta, a metodologia utilizada, o esforço amostral, cronograma de execução durante os nove anos de duração, equipe de profissionais habilitados com respectivas ARTs. Devem ser seguidas as orientações, inclusive quanto ao georreferenciamento, que constam no Parecer Técnico nº 131/12/IE. Devido à proximidade do empreendimento com a rodovia e a existência de inúmeras vias de acesso, a possibilidade de acidentes envolvendo a fauna também deve ser abordada. Essas atividades deverão ser acompanhadas em tempo integral por profissionais habilitados com apresentação de ART.
19. Apresentar, para análise e aprovação, Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna a ser executado no afluente do Córrego das Taipas e no Córrego dos Emboabas, em pontos a montante e a jusante dos painéis de lavra, contendo descrição detalhada da metodologia, esforço amostral, periodicidade de coleta de dados, cronograma, caracterização do uso do solo no entorno das áreas de amostragem e da qualidade da mata ciliar, profissionais envolvidos e respectivas ARTs, lista de espécies amostradas (destacando as espécies endêmicas, em extinção e exóticas), parâmetros ecológicos de riqueza e abundância de espécies, e dados secundários para a região do empreendimento. A primeira campanha de monitoramento deverá ser realizada anteriormente a qualquer intervenção na área do empreendimento. Caso seja identificada alguma espécie ameaçada de extinção, apresentar Programa específico de conservação e monitoramento. Uma vez que a ictiofauna pode sofrer influência da variação na qualidade da água, esse Subprograma deverá ser desenvolvido em conjunto com o Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais por um período mínimo de dois anos, sendo que as campanhas deverão ser concentradas nas estações seca e chuvosa.
20. Apresentar, para análise e aprovação, Projeto de Cortina Arbórea que preveja o consórcio de eucalipto com espécies nativas, dando prioridade a espécies de crescimento rápido, apresentando a lista de espécies utilizadas e o tamanho das mudas, e considerando o espaçamento de 2m x 2m ou inferior. A manutenção dos plantios será realizada por, no mínimo, dois anos e deverão ser acompanhadas por profissional habilitado com apresentação de ART.
21. Apresentar, para análise e aprovação, detalhamento do Programa de Conservação e Controle de Vias, que deverá contemplar a Estrada Vicinal Analândia/Corumbataí, incluindo: Previsão de Pavimentação; Sinalização (entrada e saída de veículos pesados e travessia de animais silvestres); Controle de acessos; Orientação dos motoristas sobre direção defensiva; Comunicação à população acerca dos horários de pico do tráfego de veículos do empreendimento. Ainda, apresentar proposta de convênio entre a Mineração Jundu e as Prefeituras Municipais de Analândia e Corumbataí considerando a Implementação do Programa de Conservação e Controle de Vias.
22. Apresentar para análise e aprovação Programa de Comunicação Social que deverá ter como principal objetivo, o estabelecimento de um canal de comunicação entre a mineração Jundu e a população local. O Programa deverá contemplar ainda: Sistema de registro de reclamações em formulário adequado, contendo pelo menos nome e endereço do reclamante, horário, tipo de incômodo verificado, e as providências tomadas pela empresa. Havendo registros de reclamações, a CETESB deverá ser comunicada imediatamente, com a apresentação do formulário de registro de reclamações devidamente preenchido.
23. Apresentar, para análise e aprovação, detalhamento do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas contemplando em cronograma a evolução global do empreendimento, incluindo a abertura e fechamento dos painéis, o planejamento das supressões, a sequência de lavra, a duração da exploração de cada painel e o início do processo de recuperação da área degradada, até o término de todas as atividades. Apresentar o volume de solo orgânico que será removido, estocado e reutilizado na recuperação das áreas degradadas, indicando o local de disposição.
24. Apresentar o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental (TCCA), a ser assinado após a destinação dos recursos da compensação ambiental pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA), conforme estabelecido na Resolução SMA nº 24/2012.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 04/06

PROCESSO SMA
Nº 13.717/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N° 2123

Por ocasião da solicitação da Licença Ambiental de Operação - LO

1. Apresentar, para análise e aprovação, relatório comprovando a implementação dos Programas de Controle e Monitoramento de Processos Erosivos e Assoreamento de Corpos d'Água e respectivo Subprograma de Estabilidade Geotécnica.
2. Apresentar, para análise e aprovação, relatórios comprobatórios da implementação do Programa de Controle Ambiental da Atividade, do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais, dos Subprogramas de Controle de Emissão de Material Particulado e de Controle dos Níveis de Ruído e do Programa de Comunicação Social, contemplando as ações executadas, avaliação da eficácia dos programas, o balanço das atividades desenvolvidas, as medidas mitigadoras adotadas, registros fotográficos e materiais distribuídos.
3. Apresentar "Outorga de Direito de Uso" emitida pelo DAEE, conforme determina a Resolução Conjunta SMA - SERHS - 01/05.
4. Apresentar para análise e aprovação, a assinatura do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA).
5. Apresentar, para análise e aprovação, relatório de situação do Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente, avaliando criticamente o resultado obtido e, caso as operações de manutenção e monitoramento ainda estejam em curso, apresentar cronograma incluindo as atividades que ainda serão desenvolvidas. Apresentar, ainda, relatório de situação do Subprograma de Incentivo à Recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Regularização da Reserva Legal. Apresentar relatório fotográfico para ambos os programas.
6. Apresentar, para análise e aprovação, relatório contendo ações desenvolvidas e os resultados alcançados no Programa de Monitoramento da Fauna e no Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna, abordando eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas. Apresentar cronograma de atividades até o término do empreendimento, equipe técnica responsável e ARTs.
7. Apresentar, para análise e aprovação, relatório contendo as ações desenvolvidas e os resultados do Subprograma de Salvamento de Fauna.
8. Comprovar apresentação ao Conselho Gestor da APA Piracicaba dos relatórios gerados pelos Programas executados, uma vez que representam uma contribuição importante sobre a fauna da Unidade de Conservação.
9. Apresentar, para análise e aprovação, no âmbito do Plano de Gestão Ambiental, um Manual de Boas Práticas Ambientais voltado aos funcionários da empresa e empregados terceirizados que utilize o Programa de Revegetação Florestal como ferramenta para a promoção do conhecimento sobre a biodiversidade da região, contribuindo com a mitigação de novos impactos ambientais.
10. Apresentar relatório fotográfico comprovando a implantação da Cortina Vegetal com utilização das espécies de eucalipto em consórcio com espécies nativas de ocorrência regional atrativas à fauna e com estabelecimento superior a 95%, sob responsabilidade de profissional habilitado com recolhimento de ART.
11. Apresentar para análise e aprovação, relatório comprovando a implementação do Programa de Conservação e Controle de Vias na Estrada Vicinal Analândia/Corumbataí, e o convênio celebrado com as Prefeituras de Analândia e Corumbataí contendo o detalhamento da parceria firmada quanto à implementação do Programa de Conservação e Controle de Vias.
12. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento (incluindo os custos definidos no § 2º, art. 3º da Resolução CONAMA 371/06 e referentes às medidas de revegetação estabelecidas pela Resolução SMA nº 130/10 e Resolução SMA nº 86/09) objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na implantação do empreendimento, visando à realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental do empreendimento, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta poupança na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 05/06

PROCESSO SMA

Nº 13.717/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N.º 2123

Durante a implantação e operação do empreendimento

1. Apresentar relatórios anuais da implementação do Programa de Controle de Alteração da Disponibilidade Hídrica Local contendo a avaliação dos resultados obtidos.
2. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento dos Programas referentes a ao Controle de Processos Erosivos e de Assoreamento de Corpos d'Água na área do empreendimento e respectivo Subprograma de Estabilidade Geotécnica dos taludes das áreas de lavra e depósitos de minério. Os relatórios deverão contemplar: avaliação de desempenho dos programas e mecanismos de gestão; formas de acompanhamento ambiental, com uso de indicadores ambientais; informação sobre os eventuais processos ocorridos na área da mina, bem como sobre as medidas preventivas e corretivas adotadas no período e previstas para o período subsequente; e informação sobre ocorrência de resultados fora dos limites estabelecidos pelo enquadramento dos corpos d'água e nesse caso, revisão das medidas preventivas adotadas.
3. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental da Atividade e respectivos Subprogramas, informando no mínimo: avaliação de desempenho do programa; eventuais não-conformidades identificadas e as respectivas medidas corretivas adotadas.
4. Apresentar relatórios semestrais de acompanhamento do Programa de Monitoramento da Qualidade das Águas Superficiais. Os relatórios deverão contemplar: avaliação de desempenho do programa e mecanismos de gestão; formas de acompanhamento ambiental, com uso de indicadores ambientais; respectivos laudos analíticos; e informação sobre ocorrência de resultados fora dos limites estabelecidos pelo enquadramento dos corpos d'água e nesse caso, revisão das medidas preventivas adotadas e o cronograma de atividades para o próximo período.
5. Realizar monitoramentos semestrais e apresentar relatórios anuais referentes às ações do Programa de Revegetação Florestal até que se comprove o estabelecimento do plantio, além de relatório anual com o andamento das ações previstas no Programa de Monitoramento da Revegetação. Os relatórios deverão contemplar, no mínimo, análise crítica das atividades desenvolvidas, incluindo o monitoramento do desenvolvimento das mudas, taxa de mortalidade, metas alcançadas e por alcançar, registro fotográfico, evolução do cronograma inicialmente proposto e demais resultados que forem importantes para a avaliação do andamento dos Programas, além de equipe técnica responsável e as respectivas ARTs.
6. Apresentar, para análise e aprovação, relatório comprovando o andamento da revegetação/enriquecimento/condução natural de 8,7 ha da APP de curso d'água e nascente, conforme Programa de Recuperação de Áreas de Preservação Permanente. Descrever as atividades desenvolvidas, indicar em planta a localização das áreas revegetadas e apresentar registro fotográfico. Apresentar relatórios anuais referentes às ações de manutenção e monitoramento, avaliando o desenvolvimento das mudas e o andamento da regeneração natural com apresentação de relatório fotográfico. Ao término desse período, apresentar relatório de conclusão das atividades. Apresentar, ainda, para análise e aprovação, avaliação das ações executadas no âmbito do Subprograma de Incentivo à Recuperação das Áreas de Preservação Permanente e Regularização da Reserva Legal.
7. Apresentar relatórios anuais do Programa de Monitoramento da Fauna e do Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna contendo, no mínimo, a descrição das atividades, registros fotográficos e análise comparativa entre as campanhas sazonais, visando à identificação de eventuais alterações nas comunidades, avaliando criticamente os resultados obtidos e propondo alterações, caso necessário. Registrar a ocorrência de acidentes e as espécies envolvidas, bem como eventuais não-conformidades e respectivas medidas corretivas. O Programa deverá ser conduzido por equipe técnica habilitada com apresentação de ART.
8. Apresentar relatórios anuais, instruídos com material fotográfico, referentes à evolução do plantio da Cortina Vegetal. Após dois anos de manutenção, apresentar relatório conclusivo, apresentando as atividades realizadas ao longo do tempo, material fotográfico que evidencie o desenvolvimento do plantio ao longo do tempo bem como a situação atual.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Fls. 06/06

PROCESSO SMA

Nº 13.717/05

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA N º 2123

- 9.. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Conservação e Controle de Vias, que deverão conter manifestação das Prefeituras de Analândia e Corumbataí sobre a efetividade do convênio e deverão demonstrar a implantação das estruturas previstas e o registro de acidentes, incluindo a fauna nativa local.
10. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, apresentando as ações executadas, registros fotográficos, materiais distribuídos, registros de reclamações recebidas com as respectivas soluções adotadas, entre outros.
11. Realizar os trabalhos de implantação do empreendimento com acompanhamento de um arqueólogo, conforme Parecer Técnico 248/10 – 9ª SR/IPHAN/SP.
12. Apresentar, no âmbito do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, relatório anual com as ações de recuperação já implantadas e a serem implantadas. Identificar as frentes de lavra que se encontrem exauridas e as medidas de recuperação adotadas, incluindo relatório fotográfico. Caso o volume decapeado não seja suficiente para a cobertura com camada de 50 cm, adquirir o volume de solo necessário para fazê-lo. Enquanto estocadas, as leiras de solo orgânico deverão ser cobertas com espécies de leguminosas. O plantio deverá seguir os procedimentos apresentados no EIA. A manutenção e o monitoramento das atividades deverão ser realizados durante toda a vida útil do empreendimento e por, no mínimo, três anos após o encerramento da extração mineral. Todas as atividades deverão ser acompanhadas por profissional habilitado com apresentação de ART.

Na fase de desativação da atividade

1. Apresentar Programa de Fechamento de Mina, de acordo com a Norma Reguladora de Mineração – NRM 20 do DNPM, contemplando no mínimo as medidas finais de reconformação topográfica e revegetação e a desmobilização das estruturas de apoio, considerando o gerenciamento e disposição final dos resíduos sólidos, de acordo com as Normas vigentes.

XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem